

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

ATA DA 29ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ata da 29ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 30 de janeiro de 2015, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, os Excelentíssimos Senhores Juizes Assistentes da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva e Doutor Pedro Yung-Tay Neto, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC Doutor Ricardo Faustini Baglioli, o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF, Conselheira Hellen Falcão e Doutor André Lins, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPDFT, Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida. O Excelentíssimo Juiz de Direito Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas abriu os trabalhos saudando todos os membros presentes à primeira reunião do Comitê Gestor em 2015 e em especial ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios Doutor Moacyr Rey Filho, que será o novo membro representante do MPDFT, nas ausências do Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Coelho, que fará parte do Comitê, em razão da grande expectativa no segundo grau com a implantação do PJE. Em seguida, foi submetida à apreciação dos membros do Comitê, a Ata da 28ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 19 de dezembro de 2014. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva solicitou que fossem feitas alterações a referida ata encaminhadas por email e deste modo, a ata da 28ª reunião será apreciada na próxima reunião. Dando continuidade, o Excelentíssimo Senhor Juiz Eduardo Rosas passou ao **item 2 da pauta: esclarecimentos sobre o PJE nas Turmas Recursais**. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência destacou que alguns magistrados que atuam naquele Fórum, informaram que desde o final do ano de 2014, foi percebida uma melhora no sistema, o mesmo está mais ágil e funcionando bem melhor. O Senhor Secretário-Geral Celso de Oliveira e Sousa Neto destacou que o Tribunal está melhorando a infraestrutura e que haverá um upgrade nos links de redundância, o que resultará em melhorias para o sistema. Com a palavra o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico ressaltou que foram desenvolvidas sete melhorias no sistema e que ainda há muitas melhorias a serem implementadas, inclusive para melhorar a sessão eletrônica, o que irá impactar nas Turmas Recursais. O Doutor Declieux Dantas salientou que há três analistas de negócio



trabalhando nisso e que há uma previsão de que a primeira sessão ocorra no dia 20 de fevereiro próximo. O Doutor Declieux também destacou que poderá ser realizada uma sessão extraordinária só de processos eletrônicos. Foi informado que, nesta data, há 10.248 (dez mil, duzentos e quarenta e oito) processos no PJE – 1ª Instância e 106 (cento e seis) Recursos Inominados nas Turmas Recursais. Na sequência, o Senhor Secretário do PJE informou que as classes criminais não estão com todos os assuntos associados para o segundo grau. O Doutor Declieux Dantas também informou que solicitou a Senhora Subsecretária de Apoio Judiciário Rosely de Paula Menezes um levantamento sobre essa questão e que está aguardando um posicionamento da unidade, para que todos os assuntos das classes criminais sejam inseridos/cadastrados no sistema. Na oportunidade, foi solicitada a retirada da classe Agravo de Instrumento da funcionalidade de distribuição do PJE do segundo grau. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista salientou que o Tribunal não pode criar classes e que é preciso solicitar ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ para que vincule a classe Agravo de Instrumento às Turmas Recursais nessa tabela. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência questionou quanto tempo levaria para que obtivéssemos essa modificação na tabela e o Doutor Declieux Dantas asseverou que é preciso aguardar a análise do Comitê de Unificação das Tabelas do CNJ. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Pedro Yung-Tay Neto ressaltou que o procedimento deve ser seguido embora seja burocrático para que no futuro, o CNJ não venha questionar o Tribunal. Na oportunidade, a Conselheira Hellen Falcão pediu que fosse registrado em ata que encaminhará, como representante da OAB/DF, um ofício ao CNJ sobre as tabelas. Na sequência, passou-se ao **terceiro item da pauta: Apresentação da Proposta do Cronograma de Implantação do PJE em 2015**. O Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dantas apresentou a proposta para o cronograma de implantação do PJE em 2015. Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Rosas sugeriu que esse cronograma seja estudado por todos os membros e que seja discutido apenas quando do retorno do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola. Conforme salientado pelo MM Juiz Doutor Eduardo Rosas, a proposta de implantação vincula as ações de implantação para o ano todo e tendo em vista que postergar a sua aprovação não impedirá que os avanços no PJE sejam feitos, propôs que a definição do cronograma seja estudada e analisada na próxima semana, na presença do Desembargador Flávio Rostirola. Todos os membros presentes concordaram com a sugestão. Na ocasião, a Senhora Conselheira da OAB/DF solicitou que fosse disponibilizado na página do PJE, o acesso a base de testes. O Senhor Secretário do PJE esclareceu que não seria prudente colocar na página do PJE, pois há uma preocupação de que o usuário possa confundir e peticionar um processo real na base de testes homologação. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Doutor Eduardo Rosas agendou



a próxima reunião do Comitê Gestor para o dia 06 de fevereiro de 2015, às 13h30. Não havendo mais nenhuma colocação por parte dos membros presentes, encerrou a sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

EDUARDO HENRIQUE ROSAS

Juiz Assistente da Presidência

Desembargador SEBASTIÃO COELHO DA SILVA

Membro da Primeira Câmara Cível e da Quinta Turma Cível

MÁRCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA

Juiz Assistente da Corregedoria

PEDRO ARAÚJO YUNG-TAY NETO

Juiz Assistente da Corregedoria

RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI

Juiz de Direito Substituto do CEJUSC Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça Membro do MPU/MPDFT

MOACYR REY FILHO

Promotor de Justiça Membro do MPU/MPDFT

HELLEN FALCÃO

Conselheira da OAB/DF

ANDRÉ LINS

Representante da OAB/DF

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Secretário Geral do TJDFT

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do Processo Judicial Eletrônico



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

KÁTIA DE SOUZA PRATES

Coordenadora da COSIST